

PESQUISAS

O BONAPARTISMO URUGUAIO NOS EDITORIAIS DO *SEMÁNARIO BÚSQUEDA* (1973-1985)

Antonio Bezerra Nunes*

Este texto tem como objetivo explicitar os caminhos que vêm sendo tomados para a compreensão dos embates travados entre trabalhadores e o “partido da ordem”, em solo uruguaio, nos anos de 1973 a 1985. Além de uma bibliografia específica que nos proporcione entender, em seus aspectos internos e externos, o Uruguai daquela época, temos como documentação essencial para o desenvolvimento deste estudo os editoriais do *Semanário Búsqueda*. Entretanto, quando ainda dávamos os primeiros passos para a realização desta pesquisa, fomos assolados por várias dificuldades, pois há uma grande ausência de trabalhos, em solo paulistano, sobre a história uruguaia, principalmente em relação ao recorte aqui proposto, ou seja, o período de sua última ditadura militar.

Antes de abordarmos tal recorte, vamos traçar uma linha histórica e sucinta dos principais acontecimentos uruguaiois a partir de sua independência. Nesse sentido, desde 1828, o Uruguai tinha suas decisões políticas centradas em apenas dois partidos: *blancos* e *colorados*. Ambos com origens fincadas já nas lutas de independência, o primeiro teve como seu representante maior o caudilho Manuel Oribe; defensor da causa dos fazendeiros, da autoridade e da tradição, o *Partido Blanco* sempre se vangloriou de sua resistência às intervenções estrangeiras. Em relação ao segundo, seu maior expoente foi Fructuoso Rivera e, ao contrário do primeiro, era receptivo às idéias liberais e exteriores ao país – inclusive prestou apoio às invasões de brasileiros e argentinos durante o século XIX. Esse período é assinalado por vários conflitos, traduzidos em guerras civis entre partidários *blancos* e *colorados*. O último grande conflito entre os defensores de tais partidos foi a chamada Guerra Grande, em 1865. A partir daí, houve uma hegemonia ininterrupta por quase 100 anos (1865-1959) dos *colorados* na direção do Estado uruguaio. Esse rodízio entre os partidos tradicionais sofreu, aparentemente, uma mudança radical ano passado, pois, na-

quela ocasião, a Frente Ampla, organização fundada em 1971 que comunga da participação de *colorados* e *blancos* progressistas, *ex-tupamaros*, “socialistas”, “comunistas”, etc., chegou à presidência da República com o seu candidato “socialista” Tabaré Vázquez.

Após a década de 1870, ou seja, depois da participação uruguaia na Tríplice Aliança, – na qual a Argentina, o Brasil e o Uruguai lutaram contra o Paraguai nos anos de 1865-1870 –, o fenômeno de militares na presidência do país permitiu colocar em prática uma ideologia sustentada pela Asociación Rural. Fundada em 1871, essa organização sofreu uma ruptura nos anos 40, após sofrer ferrenhas críticas de Benito Nardone, apadrinhado no mundo da política por Domingo Bordaberry, pai do ditador J. M. Bordaberry. A partir dessa separação, a organização passou a ser denominada Liga Nacional de Acción Rural, com participação bastante relevante na instauração do bonapartismo uruguaio na década de 70, que agrupava os grandes produtores agroexportadores. Sinteticamente, é importante apontar que esses *empresarios-ganaderos*, como são chamados em território uruguaio, exigiam do governo a garantia de seus esforços para a produção e exportação de suas mercadorias, fundamentalmente a carne e a lã, revelados no respeito absoluto à propriedade privada, no cercamento dos campos e na existência de uma polícia eficaz que não coibisse somente o roubo de gado, bastante comum na fronteira com o Brasil, mas também que reprimisse violentamente qualquer ação que lhes parecesse contrária aos seus objetivos. É dessa forma que, ao retornar da guerra, os soldados são aproveitados, dando início, portanto, a uma profissionalização do exército.

Porém, é somente no começo do século XX que tais objetivos realmente se efetivaram, pois, a partir de um segundo impulso para a unificação da nação uruguaia, durante a presidência de José Batlle y Ordóñez, é que se tem um Estado centralizado, graças, fundamentalmente, à formação compacta do exército. Tal governo é apontado como seguidor de uma “*política de conciliación*” entre as classes urbanas, talvez daí a explicação para que o *batllismo*, através de uma alternância no poder entre seus partidários, tenha permanecido de 1903 a 1930 no comando do Estado uruguaio. Foi barrado somente pelo “*terrismo*” do general Gabriel Terra que, ao se eleger presidente da república em 1931, desferiu um golpe de Estado contra os uruguaios em 1933; a tragédia se repete em 1942, mas agora encabeçada por Alfredo Baldomir.

Durante o período de José Batlle y Ordóñez, observa-se uma virtual aliança entre *empresarios-ganaderos* e trabalhadores, proporcionando, assim, o assentamento de um terreno socioeconômico relativamente tranquilo, demonstrado em um crescimento acelerado das exportações dos principais produtos uruguaios. Entretanto, a partir de 1935, até

mais ou menos 1945, esse florescimento sofre uma aguda estagnação, ocasionado, principalmente, pela substituição de importações, financiada, em sua maioria, pelo excedente agropecuário e pelos rumos do cenário mundial, a saber: a II Guerra Mundial.

Embora os efeitos mais terríveis em momentos de crise econômica recaiam sobre os trabalhadores, o Uruguai teve, a partir do final da II Guerra, seu crescimento novamente retomado, conseguindo mantê-lo até a metade dos anos 50, quando, por um lado, os grupos agroexportadores exigiram uma política redistributiva favorável aos seus interesses, por meio da eliminação de impostos, diminuição da cota de divisas que repassavam ao Estado, desvalorização da moeda para obtenção de mais pesos uruguaios na troca com o dólar, e, por outro, com as pressões da incipiente burguesia industrial, que defendia maiores medidas protecionistas para suas mercadorias no mercado mundial, porque, segundo ela, a política econômica vigente não favorecia condições adequadas para os gastos com os salários e os impostos cobrados pelo Estado. No entanto, ainda que buscando atender às frações burguesas que se digladiavam em sua ânsia por maiores lucros, na segunda metade dos anos 50 o Estado uruguaio apresenta-se envolvido em um quadro de crise.

Praticando políticas que “buscavam” inserir a classe trabalhadora na divisão do “bolo social” e garantir o aumento de lucro da burguesia industrial, sem perder, obviamente, o apoio dos agroexportadores, o país chega ao importante ano de 1959, data na qual ocorre o primeiro empréstimo uruguaio junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os esforços do governo, mesmo contando com os recursos do Fundo, não conseguem encontrar uma saída plausível para as questões que se apresentam, empurrando o país para um campo marcado por grandes manifestações sociais que fazem surgir, já no começo dos anos 60, sua primeira organização guerrilheira, os *tupamaros*. O MLN – Movimento de Liberación Nacional começa a atuar no Uruguai a partir de 1963. De caráter foquista e audacioso em suas ações – como, por exemplo, o seqüestro e assassinato, em 1970, do agente da CIA Phillip Michael Santori, vulgo Dan Mitrioni –, os *tupamaros* se transformaram, naquele período, em um dos grupos guerrilheiros mais conhecidos e temidos da América Latina. A intensa repressão da classe trabalhadora por parte do governo de Pacheco Areco, principalmente em relação ao emergente MLN-T, e o acirramento dos conflitos que se tornavam cada vez mais violentos culminam com a entrada em cena do efetivo das Forças Armadas, por meio do Acuerdo de Boiso Lanza, como tentativa de frear o “caos” que se instalara socialmente. Assinado em fevereiro de 1973 pelas Forças Armadas e pelo então presidente J. M. Bordaberry, o acordo permitiu que militares, pela primeira vez na história uruguaia, assumissem postos administrativos no Estado, antes somente preenchidos por civis. É nessa ocasião que as Forças Armadas divulgam os comunicados 4 e 7,

nos quais explicitavam as bases para a implementação da Doutrina de Segurança Nacional e, conseqüentemente, a defesa do ideário comum às ditaduras no cone sul, ou seja, o *desarrollo en seguridad*.

Assim como em toda a América Latina, também no Uruguai esse aguçamento das lutas sociais decorreu das conseqüências dos problemas entre russos e norte-americanos, que disputavam, sem confronto direto, a hegemonia mundial. Decorreu ainda dos acontecimentos que efetivaram a Revolução Cubana, porque se, por um lado, a burguesia temia o crescimento do “marxismo internacional”, por outro, os trabalhadores viram, naquela experiência, a possibilidade real de transformação do mundo miserável em que se encontravam.

A soma desses fatores internos, de ordem política, social e econômica, a que se acrescem os de ordem internacional, fez ruir a aliança de classes que se vinha implantando no Uruguai, colocando fim ao modelo de sociedade que se costumou designar de “Suíza de América”, fazendo emergir o poder militar que incorpora este país à similaridade com outros da América Latina, cujas especificidades podem ser analisadas por seu caráter bonapartista.

Como demonstração dessas relações conturbadas entre seus representantes de classes, não podemos deixar de apontar a tentativa de resistência da CNT (Confederación Nacional de Trabajadores). A CNT surgiu em 1964, a partir da CTU (Central de Trabajadores Uruguayos), fundada em 1961. Posta na ilegalidade ainda durante a greve, ela ressurgiu em 1983, com a sigla PIT (Plenario Intersindical de Trabajadores). Entretanto, é novamente cassada pelo bonapartismo, reaparecendo, em 1984, com a junção dos dois nomes: PIT/CNT – sigla que conserva atualmente. Em 1984, ao perceber a ameaça de golpe de Estado, deu um ultimato aos militares, afirmando que, caso se instaurasse a ditadura, os trabalhadores iriam, por meio de uma greve geral, parar o país. Com a efetivação do golpe, em 27 de junho de 1973, um dia depois a central sindical cumpriu a sua promessa. Entretanto, como era de se esperar, as sementes malignas já haviam sido germinadas pelo terrorismo de Estado aberto e o resultado foi uma violenta repressão à classe trabalhadora durante os 15 dias em que ela permaneceu paralisada.

O aumento dos combates militares e guerrilheiros durante os anos que precederam ao golpe ocasionou uma grande baixa nos quadros do MLN-T, e a CNT, naquele momento, apresentou-se como a maior representante dos trabalhadores em oposição ao regime que agora se disseminava pelo cenário uruguaio.

Por outro lado, a ditadura, através de seu representante, o Consejo de la Nación, – órgão pelo qual passavam todas as decisões bonapartistas e que comportava 25 civis e 21 militares –, decidia os rumos que o país deveria tomar e editava seus atos institucionais, determinando liberalmente cassações de políticos, torturas, fechamento de jornais opositores, etc., e, principalmente, o encerramento da própria CNT.

As ditaduras militares na América Latina, durante a bipolarização do mundo, além de certos elementos característicos diferenciadores, são inspiradas em um conjunto de postulações comuns que se convencionou designar, corretamente, como Doutrina da Segurança Nacional (DSN). O primeiro país latino-americano a adotar tal media foi o Brasil, em 1971; em se tratando do Uruguai, a instauração ocorre em 1973, no Acuerdo de Boiso Lanza e sobre essa questão é muito esclarecedor o estudo do padre belga Joseph Comblin, intitulado *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*, publicado pela Civilização Brasileira em 1978. São doutrinas que expressam o ideário das Forças Armadas, convertidas em atores preponderantes dos processos históricos que ocorrem em diferentes países do continente, em decorrência da agudização de seus problemas socioeconômicos e da incapacidade dos grupos hegemônicos em encaminharem soluções pertinentes que contemplassem o conjunto das demandas sociais.

Nesse sentido, revela-se evidente que, embora tenham existido diferenças de formas e estilos na implantação da DSN, é possível estabelecer certas feições notoriamente identificadoras, no terreno ideológico, tanto no processo brasileiro, a partir de 1964, no Chile e Uruguai, em 1973, como também na Argentina, em 1976. Tais fatores identificatórios constituem a base fundamental dessa ideologia, sobressaindo-se, dentre eles, a identificação do inimigo, não mais além das fronteiras, porém, ao contrário, agora percebido internamente; a necessidade ideológica de uma “guerra permanente” contra a influência do “comunismo internacional” transformando-se, assim, no alicerce fundamental para a implementação de um “desenvolvimento com segurança” que coloca os militares como “salvaguarda” dos anseios nacionais no terreno das políticas socioeconômicas e, portanto, como o “único corpo social” capaz de transformar “o caos” instalado pela “anarquia subversiva” em “paz duradoura”. Assim, o Estado se fortalece em sua “legalidade” ilegal, detendo as normas e regras para identificar e sentenciar qualquer organização que a ele pareça ligada ao “perigo vermelho”.

As reflexões sobre tais ditaduras, apoiadas nessa Doutrina, fazem convergir o pensamento de autores que, como José Chasin, apontam para o caráter bonapartista que revelam possuir, à semelhança de Marx, quando analisou o golpe militar na França de Luís Bonaparte, em 1851.¹ Assim como lá, observa Chasin que a incapacidade da burguesia de assegurar sua dominação em relação aos trabalhadores no terreno democrático a impele a alianças com as Forças Armadas, colocando em prática formas de violência que se traduzem, principalmente, no terrorismo de Estado aberto, instituído como novas condições de existência para o metabolismo social.

A ditadura uruguaia, embora tenha suas especificidades, pois não se verifica a derrubada violenta do presidente J. M. Bordaberry ou qualquer outra ação que o levasse a renunciar e posteriormente a fugir de seu país, ou até mesmo ao suicídio, como foi o caso de Jango e Salvador Allende, respectivamente, em muito se assemelha, por exemplo, à brasileira, particularmente no que diz respeito à institucionalidade do regime. Assim, em ambas, os civis integram o governo de forma “legal”: no Uruguai, com vários civis ocupando o posto de “presidente” e apenas um militar em tal cargo, porém já na fase final da ditadura, isto é, nos anos de 1981-85; no Brasil, com os militares sendo “eleitos” presidentes com o apoio de civis com representação no legislativo, executivo e judiciário, assim como de partidos organizados pelos próprios militares.

Essa presente “institucionalidade” tem levado alguns autores a refutarem a tese de ditadura, argumentando tratar-se de “Estados Autoritários” ou “Estados de Exceção”, sendo que, para o primeiro, a explicação reside na presença de um contraponto a todos os regimes nos quais há a ausência da democracia, abrindo-se o espaço para uma concentração do poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão, relegando as outras formas de representação a um segundo plano. Em defesa do conceito de “Estado Autoritário” temos Maria Aparecida de Aquino, que em seu artigo “Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambigüidades, especificidades”, publicado na *Revista Comunicare* da Faculdade Cásper Líbero, v. 4, n. 2, no segundo semestre de 2004. Já o conceito de “Estado de Exceção” é defendido por Cristina Torres e François Lerrin em *Historia Política de la Dictadura Uruguaya (1973-1980)*, publicado em Montevideú pela Ediciones del Nuevo Mundo em 1987.

Como parte desse raciocínio, seus defensores explicitam que em tal sistema há uma “linha divisória muito clara entre Estado e sociedade”. Em relação ao segundo, sua base explicativa se refere originariamente ao período da II Guerra Mundial, especificamente na Alemanha nazista, explicitando um conceito que está alicerçado na implementação de poderes ilimitados, ou seja, algo que se configura na ampliação dos poderes governamentais, mais precisamente na atribuição, ao executivo, de promulgar decretos com força de lei.

Tais similaridades não são casuais ou pontuais, mas decorrem da forma particular da entificação capitalista na América Latina. São tais similaridades que nos possibilitam tomar as assertivas analíticas que José Chasin faz para o Brasil e estendê-las a outras especificidades locais latino-americanas e, em particular, identificar o bonapartismo na processualidade uruguaia.

Esse autor, a partir de referenciais da concretude social, somados às reflexões sobre a categoria de *via prussiana*, elabora a de *via colonial*, donde extrai que a burguesia brasileira, originária de relações comerciais entre colônia e metrópole e inserida nas trocas

capitalistas somente a partir da segunda metade do século XX, tem sua formação *disforme* e *incompleta*, porque tais relações se dão através de um alto grau de *dependência* e *subordinação* às burguesias imperialistas, configurando-se, portanto, como capitalismo hiper-tardio. Nesse sentido, incapaz de cumprir o seu papel histórico, ou seja, implementação de uma revolução burguesa própria das burguesias objetivadas pela *via clássica*, a burguesia brasileira sempre oscila entre práticas que apontam para as formas *mais abrangidas de dominação*, isto é, a democracia ou o terrorismo de Estado aberto, ou seja, a *autocracia burguesa bonapartista*. Isso explica, portanto, a necessidade de se resolverem as contradições sociais sempre *pelo alto*, não permitindo qualquer participação popular nas decisões do país. Embora as burguesias *dependentes* e *subordinadas* demonstrem certo progresso em suas ações, o caminho tomado para sua modernização sempre se dá no campo da exclusão, sem a presença efetiva dos trabalhadores e, portanto, como produtor de suas miserabilidades.

Tal condição hipertardia resulta em que os segmentos da burguesia não se configuram em sua completude de classe, ficando assim impedidos de cumprir a função histórica de garantir a democracia, mesmo que nos preceitos da ordem liberal institucionalizada após a Revolução Francesa. Dessa maneira, mantém a ordem social a partir da configuração de Estados de caráter autocrático, pelo qual a burguesia se apresenta como liberal no campo econômico e não democrática nas outras esferas do social. Tal fragilidade se revela de forma mais profunda quando o próprio desenvolvimento do capitalismo impõe a esse Estado tomar medidas que garantam renovações qualitativas visando assegurar o equilíbrio do sistema, não só internamente, mas também na ordem internacional, sob pena de provocar refluxos nessa dinâmica. Essas medidas, em geral, referem-se à renovação do parque tecnológico ou a novas configurações nas relações entre capital e trabalho ou reorganização das funções do Estado. Todas elas afetam sobremaneira os trabalhadores, já em condições de superexploração e exclusão, resultando em que reagem acirrando suas lutas em prol de suas demandas. Essa situação confronta-se com a fragilidade da burguesia em compor com eses mandatários, mesmo que seja para atender minimamente suas reivindicações, pois sentem que as concessões podem pôr em risco suas possibilidades de lucro, que, para alguns segmentos da própria burguesia, é exíguo em decorrência da subordinação ao capital internacional. Daí a configuração do bonapartismo, isto é, a articulação da burguesia com as forças armadas para viabilizar as “medidas renovadoras” e todo o ideário que o configura, seja através das Doutrinas de Segurança Nacional, seja através da divulgação de “filosofias” que as justificam e reafirmam.² É a função social que cumpre, no Uruguai, o jornal intitulado *Semanario Búsqueda*.

Para chegarmos à compreensão dos agentes que fazem mover todas essas ações, dando-lhes racionalidade em sua operacionalidade e buscando resgatar os antecedentes que levaram a sua efetivação, decidimos analisar, a partir dos editoriais do *Semanario Búsqueda*, a construção liberal colocada em prática durante a ditadura militar uruguaia, que vai de 1973 a 1985. Pois a imprensa tem se tornado importante objeto de estudo para os historiadores, e, como fonte valiosa, aponta valores, conceitos e sujeitos de uma determinada época. Enquanto veículo de comunicação, não só expressa a realidade social, como é seu produto, e, nessa condição, um agente divulgador das representações que seus agentes formulam sobre essa realidade, configurando-se como importante veículo formador de opinião pública. No caso desse semanário, buscamos identificar, resgatando sua ideologia, a sua função histórica na pré-consubstanciação do Estado ditatorial naquele país.

O *Semanario Búsqueda*, de forte influência em território uruguaio, surgiu da necessidade do Centro Uruguay de Estudios Económicos y Sociales (CUEES), pensado e fundado por um grupo de intelectuais liberais, em 1971, em divulgar suas idéias e defender seu ideário. O jornal tem o seu primeiro número trimestral publicado em janeiro de 1972, período de efervescência político-social, em formato de pequenos cadernos, nos quais havia, além dos editoriais, somente artigos relacionados à sua visão de mundo. A partir de 1976, tem seu formato mensal aumentado e se publicam, como tentativa de sobrevivência econômica, algumas propagandas comerciais. Porém, sua grande transformação acontece em 1981, quando, além de novo aumento nas dimensões (configuração atual), passa a circular semanalmente, com incremento de mais propagandas e, principalmente, com reportagens que versam sobre vários outros assuntos, como, por exemplo, futebol, música, literatura, etc., acompanhando a modernização dos meios de comunicação. É importante ressaltar que, desde o primeiro número e apesar dessas transformações, o jornal não abandona, em sua linha editorial, o seu projeto e defesa de uma hegemonia liberal – deixando claro, no período correspondente, as suas relações com os militares.

O que chama a atenção de um leitor estrangeiro, como é o nosso caso, é a clareza e objetividade com que esse ideário e essas vinculações são defendidos, diversamente do que ocorre, por exemplo, com a imprensa no Brasil, cujos vínculos com a ditadura demandam análises ontológicas bastante sofisticadas.

Ao longo de seus editoriais, observamos, com frequência, o uso de categorias conceituais, tais como *consenso*, *nuevo Estado*, *libertad*, *democracia*, *subversivos*, *marxismo*, *orientalidad*, etc., que trazem consigo uma proposta para criação de uma outra sociedade, fundamentada em outras formas de relações socioeconômicas. Deduz-se dessas evidências que os intelectuais que escrevem tais editoriais são detentores de uma análise crítica e acurada da sociedade uruguaia, que lhes possibilita a postulação de um projeto que se

expressa como uma nova ideologia, isto é, um projeto hegemônico que visa reformas econômicas, como prefere o formulador do conceito de “intelectuais orgânicos” o pensador italiano Antonio Gramsci.³

Assim, percebemos que o *Semanario Búsqueda*, em sua leitura da particularidade uruguaia, é detentor de uma crítica intelectual e moral das relações existentes. Essa crítica traz consigo, de forma obrigatória para sua efetivação, um programa que já contém postulações para uma reforma econômica, perspectivando, assim, uma saída para a crise que está instalada e abrindo caminhos para uma outra sociedade, outra coletividade, ou seja, novas formas de existência social.

Observa-se também como essa ideologia consubstanciada nos editoriais expressa suas necessidades práticas e suas relações humanas, configuradas a partir de sua relação de classe, reafirmando, como alertaram Marx e Engels, que

(...) mesmo as formulações mais nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. (...) Estes pressupostos são os homens não em qualquer fixação ou isolamentos fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis.⁴

Portanto, a partir da análise do conjunto de editoriais do *Semanario Búsqueda*, resgatamos os aspectos de sua ideologia de classe que se explicitam na defesa do Estado ditatorial (1973-1985), configurado na lógica bonapartista. Uma ideologia que se coloca como liberal e cujos preceitos coincidem com o ideário preconizado pelas Forças Armadas, isto é, o *desarrollo en seguridad*.

Dessa forma, acreditamos que a análise desses editoriais, além de nos revelar a construção de uma hegemonia liberal naquele período, também nos proporcionará elementos fundamentais para entendermos as tomadas de posições, tanto da direita como da esquerda, naqueles tempos de obscuridade, bem como as crises no próprio cerne do poder militar.

Além disso, é importante ressaltar que esse estudo nos oferecerá subsídios para identificar as especificidades da ditadura uruguaia, traduzidas na ausência de derrubada violenta do presidente eleito democraticamente e no uso do dispositivo da “Fé Pública”, espécie de “carteirinha” que proporcionava salvo-conduto a todo funcionário público que a portasse consigo. Esse mesmo dispositivo, com o nome de “Fé Democrática”, mas com os mesmos objetivos da “Fé Pública” também foi usado, após o golpe de Estado de 2 dezembro de 1851, na França de Luís Bonaparte, como aponta Victor Hugo em seu livro *Napoleão, o pequeno*, editado pela Ensaio, em 1996, à página 11. A especificidade da ditadura uruguaia também se traduz na ausência de militares na “presidência” durante quase todo o

regime, como forma que, embora ausente em outras ditaduras latino-americanas, revela apenas a capacidade e a necessidade que a autocracia burguesa bonapartista detém para implementar sua dominação sobre a classe trabalhadora.

Portanto, como essa análise ainda não foi realizada, propusemos fazê-la acreditando em sua importante contribuição para o entendimento desse conjunto de fatos históricos que se reflete, ainda hoje, no próprio processo político-institucional do Uruguai.

Recebido em maio/2005; aprovado em junho/2005

Notas

* Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.

¹ MARX, K. *O 18 Brumário e Catas a Kuglemann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

² CHASIN, J. “A Via Colonial de Entificação do Capitalismo”. In: *A Miséria Brasileira (1964-1994): do golpe militar à crise brasileira*. Santo André, Ad Hominem, 2000.

³ GRAMSCI, A. *Cartas do Cárcere*. São Paulo, Brasiliense, 2000, v. 2, p. 15.

⁴ MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, pp. 37-38.